



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Metodologias investigação pelo projeto para um espaço público mais democrático: perspectivas transculturais

Gonçalo Canto Moniz

(Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (DARQ-FCTUC).
Investigador do CES – Centro de Estudos Sociais.
Coordenada o projeto europeu URBiNAT)

Ricardo Alexandre Paiva

(Professor Associado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, Coordenador do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC - PPGAU+D-UFC.
Coordena o LoCAU do DAU-UFC.
Bolsista de Produtividade PQ2 CNPq)

Luís Miguel Correia

(Professor Auxiliar Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (DARQ-FCTUC).
Investigador do CEIS - Centro de Estudos Interdisciplinares. Diretor do DARQ-FCTUC)

Mario Fundarò

(Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design – UFC. Consultor UNESCO)

Milena dos Santos Barbosa

(Doutoranda do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (DARQ-FCTUC))

RESUMO GERAL

As cidades atravessam hoje desafios urbanos que decorrem de um processo de crescimento exponencial que veio a desenvolver as suas periferias e, em consequência, promoveu o abandono dos centros compreendidos como tradicionais e históricos. No Brasil e na Europa, este quadro provém de distintas circunstâncias, não sendo por isso de fácil comparação. Contudo, em ambos os contextos geográficos desenvolvem-se estratégias similares de intervenção no espaço público, através de metodologias de projeto que ambicionam uma transformação mais democrática das nossas cidades e, num sentido mais lato, do nosso território.

A democratização do espaço público está amplamente teorizada desde os movimentos políticos da década de 1960, nomeadamente através do direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre (1968). Neste sentido, o espaço público é problematizado para além da sua dimensão física, mas também como espaço produzido pela sociedade que o reinventa como palco das atividades humanas, mas também como espaço em diálogo com a natureza. Assim, 55 anos depois, interessa pensarmos em conjunto sobre o modo como a arquitetura que estamos a produzir tem contribuído para o direito à cidade, nomeadamente através de novos temas, como a inclusão, participação, a acessibilidade, a presença ativa da mulher, mas também de grupos minoritários.

O espaço público é o palco da dimensão democrática da cidade, onde se estabelecem as relações entre o edifício e a estrutura urbana, mas também como estrutura de suporte para as atividades humanas. Esta estrutura é material no sentido que territorializa e espacializa a vida urbana, mas ela é também, no sentido em que são as atividades humanas que ativam e produzem o espaço. A cidade contemporânea coloca diversos desafios ao espaço público. Por um lado, a ambição de produzir um espaço que acolha a diversidade e a multiculturalidade de uma sociedade mais justa, quebrando linhas abissais, como refere Boaventura Sousa Santos (2007), que são muitas vezes invisíveis. Por outro lado, que os espaço público integre a natureza na estrutura urbana, como um espaço que promove a biodiversidade, que combate as alterações climáticas, e que cria condições para uma vida urbana mais saudável.

Neste sentido, sessão tem como objetivo estabelecer conexões entre investigações que têm aprofundado o estudo e a implementação de metodologias de investigação pelo projeto arquitetónico e urbano, numa perspetiva interdisciplinar, para fazer face a contextos complexos que põem em diálogo o edifício, o espaço público, a estrutura urbana e a natureza.

Assim, o debate sobre a temática da transculturação e a intervenção no ambiente construído constitui um espaço necessário de partilha do conhecimento sobre as metodologias de projeto e os processos inovadores que a investigação acerca da cidade e da arquitetura tem vindo a desenvolver em contextos culturais diversos.

Os palestrantes irão contribuir para este debate através do seu trabalho científico e pedagógico, revisto em diversos contextos urbanos, explorando metodologias investigação pelo projeto que visam promover a reabilitação de edifícios e a regeneração urbana. Pretende-se ainda que o espaço público democrático se constitua como tema âncora, quer pelo modo como se repensam as relações entre o edifício e a cidade, quer pela integração da comunidade local – município, associações, cidadãos – no processo de projeto.

De um modo geral, as cinco investigações em debate centram-se num edifício ou conjunto edificado, construído na segunda metade do século 20, e procuram pesquisar os processos de transformação destes edifícios (restauro, conservação, reabilitação, regeneração) que têm impacto na cidade, nomeadamente, no espaço público. Assim, interessou colocar em diálogo, a regeneração urbana dos bairros de habitação moderna na Europa, a reabilitação das estruturas fortificadas construídas durante o Estado Novo, a preservação das colónias de férias planeadas no Brasil moderno, a intervenção em edifícios públicos modernos no Brasil e Itália e a reabilitação participada das escolas das comunidades ribeirinhas. Ainda que estas arquiteturas tenham contextos muito diversos, será dado especial enfoque ao modo como as metodologias de investigação pelo projeto contribuem para que estes conjuntos edificados sejam apropriados pelas comunidades através de processos mais democráticos, quer pela participação pública, como no caso dos bairros de habitação social na Europa e das escolas da Amazônia, quer pelo desenho do novo programa que abre estes conjuntos à cidade, como no caso dos castelos, das colónias de férias e dos edifícios públicos.

Estarão assim em debate perspetivas transculturais ancoradas em práticas de investigação e ensino de Arquitetura e Urbanismo através do método de projeto. Não se trata de estabelecer comparações, mas sim de explorar correlações e desenvolver um processo de aprendizagem que contribua para estabelecer conexões transatlânticas. O direito à cidade é também um compromisso por uma investigação mais inclusiva e cooperante onde as pessoas são o centro do processo de pesquisa.

1) A CO-CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO INCLUSIVO EM BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL MODERNA

GONÇALO CANTO MONIZ

Na Europa, as áreas da habitação social construídas nas décadas 1950-1970 seguiram os princípios da arquitetura e do urbanismo moderno. De um modo geral, a periferia das cidades foi ocupada por grandes conjuntos habitacionais para alojar os operários que procuravam emprego nas grandes cidades. Esta ocupação extensiva e intensiva do território foi feita sem um planeamento urbano, ou seja, sem vias de acesso, sem transportes públicos, sem serviços públicos ou sem espaço público, que garantisse uma efetiva integração na estrutura urbana da cidade. Ao longo destes últimos 50 anos, as cidades cresceram, mas nem sempre integraram estas áreas urbanas. Pelo contrário, muitas delas ficaram isoladas devido à construção de linhas de caminho de ferro ou vias de circulação rápida. Temos hoje um território fragmentado onde as comunidades que o habitam sofrem de grandes desigualdades que agravam a sua qualidade de vida.

O projeto europeu URBiNAT¹, financiado pelo programa H2020, está a desenvolver, desde 2018, processos de co-criação de um espaço público inclusivo em 7 cidades europeias – Porto, Nantes, Sofia, Hoje-taastrup, Bruxelas, Siena, Nova Gorica. Este espaço público é trabalhado pelas equipas

¹ Esta comunicação enquadra-se no financiamento n.º 776783 da União Europeia, programa H2020.

locais (município e universidade) com a comunidade local a partir do conceito de corredor saudável, integrando soluções baseadas na natureza (SbN), com uma dimensão material e imaterial, de modo a promover o bem-estar da comunidade.

Esta comunicação tem como objetivo problematizar a metodologia de projeto participado desenvolvida pela equipa de investigação e analisar os resultados do processo de co-implementação nas diversas cidades, nomeadamente no Porto, Nantes e Sofia. O método de projeto pretende envolver a comunidade local desde o primeiro momento através de quatro fases do processo de co-criação - co-diagnóstico, co-projeto, co-implementação, co-monitorização. Esta metodologia é flexível de modo a ser adaptada e apropriada pelas diferentes equipas locais de acordo com a sua experiência e cultura de projeto (Moniz et al., 2022). Assim, os resultados obtidos em cada cidade são bastantes diversos, tanto do ponto de vista do processo, ou seja, dos grupos sociais envolvidos e das atividades de co-criação realizadas, como do resultado final. De fato, as soluções baseadas na natureza foram desenvolvidas para resolver desafios concretos das comunidades e do território, o que deu origem a corredores saudáveis com caráter bastante distinto.

O projeto está ainda em desenvolvimento, mas as atividades de participação revelam desde um processo bastante inclusivo, que ocupa o espaço público com ações táticas, como um mercado solidário ou rotas do património, dando aos cidadãos uma voz ativa no seu território. Pretende-se assim, problematizar os processos co-criação do espaço público, identificando os resultados e as lições apreendidas nas diversas cidades. Neste sentido, interessa concluir sobre a capacidade que os projetos participados têm de construir um espaço público mais inclusivo e democrático.

2) **TURISMO SOCIAL E ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL: COMO ESTÁ O PATRIMÔNIO MODERNO VOLTADO AO LAZER DA CLASSE TRABALHADORA?**

RICARDO ALEXANDRE PAIVA

O turismo de massas surge economicamente de forma secundária no contexto da modernidade e da modernização pelo viés da indústria como paradigma de desenvolvimento e vários artefatos modernos foram construídos para dar suporte e permitir a reprodução das diversas práticas de lazer e turismo.

À margem desse processo de desenvolvimento e incentivo ao turismo hegemônico e de massa, emergem práticas de lazer e turismo voltadas para as classes trabalhadoras que, embora contem com o subsídio do Estado, estabelecem, por meio de suas associações, sindicatos e entidades de classes, estratégias para fomentar o lazer, a recreação, o veraneio e a vilegiatura, sem necessariamente ter como objetivo a obtenção da mais-valia. No entanto, tal financiamento ocorria na gênese do turismo social (no caso brasileiro), por meio de contribuição sindical obrigatória, condição legal que implicava na dependência dos sindicatos em relação ao Estado.

Nesse cenário, enquanto o turismo de massas dava os seus primeiros passos no país, concomitantemente, o turismo social nascia na conjuntura de

valorização do trabalho regulamentado e da criação dos Serviços Sociais como uma estratégia política do Estado de controle das classes assalariadas, mas também como efeito colateral da organização dos sindicatos de diversas categorias profissionais.

Uma das expressões espaciais mais significativas do turismo social são as colônias de férias (Rodrigues, 2018), que constituem não somente uma tipologia de meios de hospedagem, mas também complexos de lazer e recreação, em franca relação com o território. Assim, o turismo social constitui uma modalidade que busca garantir o direito ao ócio, por meio do incentivo, inclusão e democratização do acesso ao lazer e ao turismo para os assalariados de menor renda.

Em várias regiões do Brasil, foram construídas infraestruturas de lazer e hospedagem para os trabalhadores do comércio (SESCs), a saber: Colônia de Férias Getúlio Vargas (1952), em Bom Clima, Itaipava, Petrópolis, Rio de Janeiro; Colônia de Férias de Iparana (1954), em Caucaia, Ceará; Colônia de Férias de Garanhuns (1956), em Garanhuns, Pernambuco, projeto de autoria do arquiteto José Armando Farias; Colônia de Férias Sylla Velloso (1960), em Belo Horizonte, Minas Gerais; Colônia de Férias Deraldo Motta (1961), na praia de Piatã, Salvador, Bahia, de autoria de Diógenes Rebouças e parceria com Assis Reis.

Diante do exposto, essa comunicação tem como objetivo discutir a relação entre o turismo social, o lazer e a produção da arquitetura moderna no Brasil, identificando e avaliando sumariamente o estado de conservação de alguns exemplares emblemáticos de colônias de férias construídos para a classe trabalhadora entre as décadas de 1940 e 1960, onde se pretendia democratizar o acesso ao turismo.

A compreensão destes processos pretéritos é de grande relevância histórica, historiográfica, cultural e arquitetônica (Paiva, 2022), dada a materialidade desse legado construído para os trabalhadores. Por um lado, a identificação, consciência e visibilidade, do valor cultural destes equipamentos modernos cria perspectivas para projetos de intervenção e conservação em prol da sua preservação. Por outro lado, interessa problematizar qual o papel destes conjuntos no quadro das atuais estruturas urbanas e de que modo podem se constituir como espaço públicos mais democráticos

3) CASTELOS EM PORTUGAL: DA OBRA COMO INVESTIGAÇÃO AO ENSINO COMO PRÁTICA DE PROJETO

LUÍS MIGUEL CORREIA

Com a sua presença, os Castelos em Portugal vincam ainda hoje de forma indelével o perfil de cidades e de paisagens, costeiras ou interiores. Na planície ou em lugares alcantilados contribuem indubitavelmente para a fisionomia e memória do espaço, determinando identidades próprias e refletindo a diversidade de uma herança e de uma riqueza sobretudo culturais. A formação do território português, assim como os diferentes retratos identitários que dele se têm construído, encontra-se há muito associada a tais estruturas militares, cujas muralhas e torres recortadas por ameias quase

sempre nos recordam momentos notáveis da nossa História. Deste modo, os castelos assumem um papel fulcral na articulação entre um passado longínquo, por vezes carente de conservação, e um presente deveras globalizado e mercantilizado, que exige respeito pelos valores patrimoniais, sejam eles de carácter material ou de natureza intangível.

Votados à ruína durante algumas centúrias, muitos Castelos Medievais de Portugal descobriram uma renovada presença no território no século XX por via da ação da Ditadura. Integrados no contexto político-ideológico da época, estas estruturas e as suas áreas envolventes foram consideradas testemunhos de um pretérito invocado para legitimar a aprovação de um presente que se desejava igualmente legatário de certa identidade nacional. Diante do abandono vigente, coube à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) empreender uma extensa campanha de obras que, à luz do projeto do salazarismo, (re)integrasse os castelos na vida da nova Nação que se achava em (re)construção. Encetada em 1929, tal empresa veio a fixar na terra portuguesa um dos legados mais apetecidos pelo regime: um distinto perfil arquitetónico que a maioria reconhece como da época ‘medieval’, conquanto alguns a vejam, a dita campanha, como a consagração de uma prática modernista.

Nesta comunicação, empreender-se-á uma breve viagem pela história dos Castelos em Portugal. Primeiro, ao abrigo das intervenções realizadas nos Castelos de Leiria, de Castelo Novo e de Pombal, perscrutar-se-á como da obra se fixou a investigação nos castelos e monumentos do salazarismo. E, em segundo, evidenciar-se-á como destas atividades se desenhou um seminário de investigação centrado na prática do projeto: *The Beautiful Past*. Debruçar-nos-emos sobre casos de estudo que, em âmbito académico, desenharam uma ‘nova’ harmonia entre o natural, a história, o simbólico e a contemporaneidade, defrontando-se a condição patrimonial existente com a transformação sugerida por novos programas. De igual modo, contempla-se a possibilidade de abertura, em parte, destas estruturas militares ao território (e à cidade em particular), convertendo-as em espaços públicos mais acessíveis (Correia, 2021). Assim, importará investigar como as paisagens fortificadas ainda hoje conservam um papel determinante na afirmação de um conjunto de valores que nos identificam coletivamente, não obstante outras perspetivas se abram sobre o seu significado no contexto de políticas mais democráticas sobre o espaço construído.

4) ENTRE O NOVO E AS PREEEXISTÊNCIAS MODERNAS. AS OPORTUNIDADES (PERDIDAS?) DE PROJETO NA ITÁLIA E NO BRASIL

MARIO FUNDARÒ

O futuro da cidade, em plena continuidade com o passado, terá lugar cada vez mais por estratificações, por camadas temporais, estilísticas e culturais de processos projetuais que envolvem o urbano e as suas arquiteturas de forma dinâmica e dialógica, valorizando a pré-existência na sua relação dialética com o novo. A Florença de 1400 e 1500 era uma cidade da Idade

Média que dialogava com as arquiteturas do novo estilo. Não era uma cidade renascentista (Battisti, 2005).

Uma sociedade que não consegue lidar com tais processos estratigráficos, materializados nas suas cidades, que apaga o passado, por pura força de inércia, ou por incapacidade intelectual, ou por total submissão a poderes e interesses econômicos de poucos, é destinada a enfrentar problemas identitários dramáticos, em um futuro não muito distante.

Desde 1965, no famoso debate de Veneza entre Cesare Brandi e Bruno Zevi, a questão do novo e do pré-existente mantém-se um problema aberto, para o qual os arquitetos estão tentando encontrar soluções. Segundo Amedeo Bellini (2003) o pós-guerra europeu, em plena tentativa de reconstrução, incentivou e impulsionou com certeza a discussão, notoriamente ligada aos centros históricos antigos e aos vazios urbanos deixados pelos bombardeamentos. Hoje, todavia, graças à criação do DOCOMOMO em 1988, repropõe-se este debate com nova força e atualidade, inserindo-se a arquitetura moderna como protagonista no que se refere à conservação e ao restauro. Precisamos reconhecer que estamos todos ainda um pouco despreparados frente a esta questão (Carbonara, 2018). Ainda não se criou uma reflexão axiológica sólida, a conservação dos materiais protagonistas da arquitetura moderna como vidro, aço, alumínio e concreto propõe novos desafios para os engenheiros, questões volumétricas e espaciais fomentam discussões sobre novos usos e enfim, dentro da mesma lógica, coloca-se o diálogo entre a pré-existência moderna e o novo contemporâneo, despertando novas necessidades metodológicas de projeto.

A presente comunicação pretende contribuir para esta reflexão trazendo dois estudos de casos de intervenções em arquiteturas modernas na Itália e no Brasil. Por um lado, procurando investigar processos metodológicos que objetivam dinamizar a construção de um diálogo saudável e rico de oportunidades de projeto do novo ligado à conservação da pré-existência, especialmente aquela moderna, hoje o maior (e mais fácil) alvo deste “polígono de tiro” chamada cidade contemporânea. Por outro lado, explorar a transformação das estruturas modernas como oportunidades para regenerar o espaço público das cidades, através de novos usos e significados.

5) TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO RIBEIRINHO DA AMAZÔNIA: PROJETO PARTICIPADO DE REABILITAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

MILENA DOS SANTOS BARBOSA

A configuração territorial específica da Amazônia, apresenta-se conceitualmente por “campo ribeirinho”, sendo estudado como espaço rural da Amazônia e constituído por população de um modo de vida tradicional em oposição ao moderno. A formação dos grupos sociais ribeirinhos da Amazônia, com seus territórios e territorialidades, se inscreve no processo de formação do “mundo moderno-colonial” (Mignolo, 2005). A partir de meados do século XVIII,

foram sendo formados grupos sociais denominados, inicialmente, de “caboclos” que passaram a ocupar as margens dos rios da Amazônia e lugares mais periféricos nas cidades e vilas, e só a partir do século XIX saíram do anonimato e passaram a ser percebidos pela sociedade como ribeirinhos. Entretanto, é só em 2007 que os povos tradicionais, como os ribeirinhos, foram reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal do Brasil. Por mais de 100 anos foram sendo constituídas comunidades de territórios isolados sem qualquer olhar público, muito menos planejamento urbano. Trata-se da formação de um novo sujeito, território e territorialidade; um novo modo de vida e sociabilidade. São formações socioespaciais que não são simplesmente reprodução das territorialidades indígenas ou coloniais (Pereira, 2014). Atualmente, encontramos territórios com infraestrutura precária e outros, ainda, completamente isolados.

A escola pode ser observada como uma das responsáveis pela territorialidade de comunidades ribeirinhas, onde a educação se faz estratégia de constituição territorial. O território como espaço apropriado para formação de relações sociais, conflituosas ou não, busca na educação ribeirinha o elemento fundamental para sua constituição, pois evita que os filhos dos ribeirinhos não tenham que sair de suas comunidades e migrar para a cidade, como também o desenvolvimento desta formação socioespacial. Ao considerar territórios sendo formados a partir das escolas é, constantemente, percebido a ocupação de espaços no entorno do equipamento público que, normalmente, é situado distante do seu centro.

Para muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense, a presença do Estado se faz na presença da Escola, mesmo que de forma precária, onde na grande maioria das vezes a constituição e instalação deste equipamento é de iniciativa da comunidade. A exemplo da Escola Bibiano Monteiro em Vila Maú, no Pará, que se iniciou através do desejo da comunidade em proporcionar a educação para suas crianças, e por meio genuinamente participativo, reuniram-se em assembleias na busca de apoio do poder público.

Esta comunicação enquadra-se na investigação de doutoramento e visa destacar a relevância do equipamento escolar no território e discutir a sua reabilitação com as comunidades ribeirinhas através de um processo participado. Este processo de atuação no território tem conduzido à afirmação da escola como espaço democrático da comunidade.

REFERÊNCIAS

- Battisti, E. **L'antirrinascimento**. Torino: Nino Aragno, 2008.
- Bellini A. **La ricostruzione**: frammenti di un dibattito tra teorie del restauro, questione dei centri antichi. Em Guerra monumenti ricostruzione. Architetture e centri storici italiani nel secondo conflitto mondiale. Firenze: Marsilio. (pp.14-66), 2003
- Carbonara, G. (2018). **Perché restaurare il moderno**. Em Il cantiere di restauro dell' architettura moderna. Firenze: Nardini editore. (pp.13-18), 2018
- Correia, L. M. **O Castelo de Pombal hoje**: Memória da ditadura. Em A. R. Cordeiro, S. Dias-Trindade, & A. P. Pita, Limites e Limiares (pp. 133–151), 2021. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2066-4>

Lefebvre, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968

Mignolo, W. D. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências*. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 71-103.

Moniz, G. C., Andersson, I., Hilding-Hamann, K. E., Mateus, A., & Nunes, N. Inclusive Urban Regeneration with Citizens and Stakeholders: From Living Labs to the URBiNAT CoP. Em I. H. Mahmoud, E. Morello, F. Lemes de Oliveira, & D. Geneletti (Eds.), *Nature-based Solutions for Sustainable Urban Planning: Greening Cities, Shaping Cities* (pp. 105–146). Springer International Publishing, 2022. https://doi.org/10.1007/978-3-030-89525-9_5

Paiva, R. A. **O hotel na modernidade**: Metamorfoses de uma tipologia arquitetônica híbrida | The hotel in modernity: metamorphoses of a hybrid architectural typology. *Oculum Ensaios*, 2022, 19. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a4889>

Pereira, E. A. D. **As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas**: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2014.

Rodrigues, G. de O. **Fascismo e turismo**: Reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias. Tese de mestrado - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018. <https://doi.org/10.11606/D.8.2018.tde-30102018-134533>

Santos, B. de S. **Para além do pensamento abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, 2007, 71–94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>